

ATAS

ATA NÚMERO UM DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, por videoconferência através da plataforma Zoom, não estando reunidos os delegados necessários para o início da reunião, às vinte horas e trinta minutos, deu-se início à Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Xadrez (FPX) meia hora mais tarde, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um: Período Antes da Ordem do Dia;

Ponto Dois: Apreciação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de dois mil e vinte e dois.

Foram convocados os trinta e nove delegados que constituem a Assembleia, tendo sido identificados na reunião os seguintes dezanove:

António Manuel Ferreira Pereira dos Santos
António Manuel Monteiro David Barbosa
António Pedro Dias Caraméz Pereira
Bruno Ricardo de Sousa Lopes
Carlos Filipe Fernandes Marques
Carlos Manuel Matias Ferreira
Eduardo Escudeiro Guerreiro Viana
Fernando Alberto Rocha Ribeiro
Fernando Moreira de Pinho
João de Sousa da Cruz
Luís Nuno Pereira Barrigoto
Luís Simões dos Reis
Mário Martins Freitas Morais
Modeste Mendes
Nuno Filipe Lages Pinto Ruas Andrade
Nuno Miguel Beirão Mendes
Ricardo Vicente Aleixo Alves
Rúben Joel Monteiro Elias
Vítor Manuel Barroso Cardoso

E ainda a presença do Presidente da Direção da Federação Portuguesa de Xadrez Dominic Cross e do Tesoureiro Pedro Vinagre e do representante da Tocha, Chaves e Associados, SROC, Lda. e do Conselho Fiscal Nuno Fonte.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, João Cruz, informou que iria orientar os trabalhos de forma a que o Ponto Um não excedesse os trinta minutos e o Ponto Dois os noventa minutos, tal como aconteceu nas reuniões anteriores.

No Ponto Um, o senhor Presidente da Federação informou que os Estatutos já estão registados, tendo sido aceites pelo Ministério Público.

Não foram colocadas quaisquer questões pelos delegados neste Ponto.

ATAS

No Ponto Dois, o senhor Presidente da Direção salientou o aumento da participação feminina nas competições e o facto da época anterior ter sido a que teve mais federados na FPX. Pretende que o xadrez entre nas modalidades com mais praticantes no país.

O senhor Tesoureiro congratulou-se com a melhoria da apresentação das contas.

O delegado Eduardo Viana questionou sobre a rubrica das Estadas e Transportes que teve um acréscimo muito elevado em relação ao ano anterior.

O senhor Tesoureiro informou que essa diferença se deveu à alteração das Olimpíadas que foram transferidas de Moscovo para Chennai, o que fez aumentar os custos de participação.

O delegado Nuno Andrade reconheceu melhorias no Relatório e Contas e perguntou ao Presidente da FPX qual o Balanço que fazia do mandato. Referiu que houve redução dos jovens participantes em todas as categorias, sobretudo nos campeonatos nacionais. Afirmou que, desde 2010, houve uma diminuição de quarenta e nove por cento dos jovens. Disse, ainda, que há vários estrangeiros a participar. Disse igualmente que não foi referido no Relatório de Atividades que a Susana Gonçalves da Academia de Xadrez da Maia também foi nomeada para a Comissão Feminina da FIDE. Referiu que as próximas Olimpíadas podem não ser na Hungria, o que pode alterar os valores orçamentados. Disse que devia ser elaborado um parecer jurídico pelo facto de um Órgão Social ser remunerado, no caso a Sociedade de Revisor Oficial de Contas.

O senhor Presidente da Direção disse que a Susana Gonçalves não faz parte dos quadros da Federação e por isso não foi referida no Relatório de Atividades. Referiu não saber se o local das próximas Olimpíadas ia ser alterado. Referiu, ainda, a participação de quatro xadrezistas femininas num quadrangular na Catalunha. Quanto ao campeonato nacional de jovens, afirmou que a maior participação foi há cerca de doze anos, tendo depois disso diminuído. Referiu, ainda, o recorde de participação de jogadores e equipas no campeonato nacional de semirrápidas da Marinha Grande. Quanto ao saldo, disse que a aquisição de imobilizado, sobretudo do veículo automóvel, contribuiu para o saldo negativo. Quanto ao pagamento ao Revisor Oficial de Contas, não é, em seu entender, irregular. Essa entidade faz este tipo de serviço para outras Federações desportivas.

O senhor Nuno Fonte, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, referiu a independência em relação à Federação e a sua opinião baseia-se em normais internacionais de contabilidade. Não há qualquer questão relativamente à independência da Tocha e Chaves, SROC. Pertencem ao Conselho Fiscal e emitem uma opinião sobre as contas para que os delegados possam votar de acordo com a sua consciência.

O delegado Luís Barrigoto perguntou qual o valor das coimas dos jogadores que faltaram aos jogos dos campeonatos nacionais.

O delegado Vítor Cardoso referiu que os campeonatos de jovens coincidem com o calendário escolar na pausa da Páscoa, sendo atualmente de menos dias, o que pode dificultar o número de jovens a participar.

O delegado Nuno Andrade disse compreender o que o delegado Vítor Cardoso afirmou, quanto aos campeonatos nacionais de jovens de lentas, mas que não se compreendia em relação aos

ATAS

ritmos de rápidas e semirrápidas, referindo também que estranhava a forma com a FPX organiza algumas provas, como o Open de Portugal. Disse que as informações não chegam ao site da FPX. Quanto à explicação do Nuno Fonte, coloca apenas em causa a sua incompatibilidade.

O senhor Presidente da Direção disse que as coimas são cobradas aos clubes e entram nas rubricas referentes às taxas de inscrição. Concordou que os calendários escolares dificultam a realização das provas dos jovens, sendo que a FPX tem um calendário global muito preenchido. Sobre o Open de Portugal, afirmou que em breve vão ser publicadas algumas novidades sobre a prova.

O delegado Carlos Ferreira congratulou-se pela forma clara como o Relatório e Contas está apresentado. Pediu que explicassem o Ponto 4 da Carta de Recomendações do ROC sobre a rubrica Outros.

O senhor Presidente da Direção disse que suportava algumas despesas que só posteriormente a FPX lhe pagava. Nalguns casos, esse reembolso ainda não foi efetuado.

O delegado Luís Barrigoto questionou sobre o facto de só agora se saber das dívidas da FPX para com o Presidente, que não estão refletidas em relatórios anteriores.

O senhor Nuno Fonte disse que a Carta de Recomendações se destinava a corrigir determinados valores que podem ser alterados, como o caso do Ativo Fixo Tangível, que pode estar contabilizado pelo modelo de Custo ou pelo modelo de Revalorização.

O delegado Luís Barrigoto questionou sobre Outros Ativos Correntes referentes a créditos que a FPX tem há vários anos.

O senhor Presidente da Direção explicou que o valor mais significativo é de despesas de hotéis. A FPX, com a pandemia, já não conseguiu recuperar pagamentos antecipados a hotéis onde se iam realizar provas, como o caso de Portimão.

O delegado Nuno Andrade referiu que houve uma competição em que o árbitro Rui Guimarães foi substituído pelo árbitro Paulo Rocha, depois da prova finalizada, sem que houvesse uma investigação da FPX. Questionou também porque não são as normas enviadas rapidamente à FIDE. Disse que só a do jogador André Sousa foi enviada.

O senhor Presidente da Federação disse que a prova era do Portugal Chess Tour cabendo à organização a escolha dos árbitros. Sempre que as normas chegam à FPX são logo enviadas à FIDE.

O delegado Nuno Andrade discordou da explicação do Presidente da FPX, exemplificando o seu próprio caso de norma de árbitro internacional que demorou a ser remetida à FIDE.

O senhor Presidente da Direção disse que Portugal é um dos países com mais provas contabilizadas para ELO FIDE. Quando as provas são concluídas e com todas as regras cumpridas, são enviadas à FIDE.

O delegado Carlos Ferreira disse que a FPX apoiava outrora os campeões distritais jovens com estadia completa e agora não o faz. Disse que há jovens que não participam nos campeonatos

ATAS

para não faltar às aulas. Afirmou, ainda, que consegue hotéis mais baratos em Elvas que os que a FPX indica. Para além disso, o local do jogo é longe dos hotéis o que complica uma participação adequada.

O delegado Pedro Caraméz concordou com o delegado Carlos Ferreira quanto às datas escolhidas para os nacionais de jovens.

O delegado Nuno Andrade perguntou sobre os apoios às Associações Distritais, se eram apenas referentes às inscrições dos jogadores.

O senhor Presidente da Direção disse que enviou um e-mail às associações distritais sobre os apoios a que têm direito, como a comparticipação de jovens nos campeonatos nacionais. A FPX dá um apoio de 60 euros a cada campeão distrital para despesas de alojamento.

O delegado Luís Barrigoto questionou sobre a Associação Distrital de Beja sobre o facto de ser considerada ativa, quando não apresenta contas.

O senhor Presidente da direção explicou que a Associação de Beja estava ativa, mas não recebia subsídios.

Depois de lido o Parecer do Conselho Fiscal, foi colocado à votação o Relatório de Atividades e Contas de dois mil e vinte e dois, sendo aprovado por maioria, com quinze votos a favor e quatro abstenções.

Procedeu-se, de seguida, à leitura da presente ata, que foi aprovada com dezassete votos a favor e um contra, não estando presente, no momento da votação, o delegado Bruno Lopes.

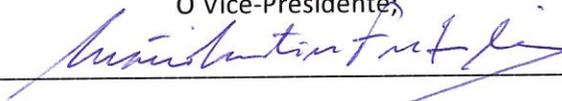
Nada mais havendo a tratar, O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a sessão, pelas vinte e três do dia vinte e quatro de março do ano de dois mil e vinte e três, sendo lavrada a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa,



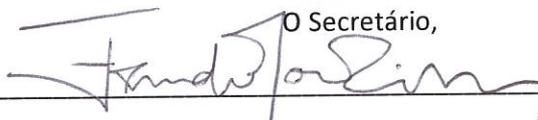
(João de Sousa da Cruz)

O Vice-Presidente,



(Mário Martins Freitas Morais)

O Secretário,



(Fernando Moreira de Pinho)